

**SITAWI**

**Relatório dos auditores independentes  
sobre as demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2013**

**SITAWI**

**Demonstrações contábeis  
Em 31 de dezembro de 2013**

**Conteúdo**

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis**

**Balancos patrimoniais**

**Demonstrações do superávit/déficit**

**Demonstrações dos resultados abrangentes**

**Demonstrações das mutações do patrimônio social**

**Demonstrações dos fluxos de caixa**

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**

## **RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

A Administração da  
**SITAWI**  
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações contábeis da **SITAWI** (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013, e as respectivas demonstrações do superávit/déficit, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erros.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente, se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



## Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 23 de maio de 2014.



**BDO RCS Auditores Independentes SS**  
**CRC 2 SP 013846/O-1**

**Julian Clemente**  
**Contador CRC 1 SP 197232/O-6**

**João Paulo Linhares Areosa**  
**Contador CRC RJ 094462/O-8**

# SITAWI

## Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2013 em 2012

(Valores expressos em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio social			
	Nota Explicativa	2013	2012		Nota Explicativa	2013	2012
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	1.369.177	1.739.308	Obrigações com repasses	6	1.292.879	802.624
Impostos a recuperar		15.217	12.186	Obrigações tributárias		5.078	4.795
Empréstimos sociais e ambientais	4	179.624	78.155	Obrigações trabalhistas	7	5.567	14.789
Despesas antecipadas		-	4.788	Contas a pagar		539	9.756
		<b>1.564.018</b>	<b>1.834.437</b>			<b>1.304.063</b>	<b>831.964</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Empréstimos sociais e ambientais	4	249.028	57.699	Obrigações com repasses	6	182.826	800.348
Imobilizado	5	10.513	4.457			<b>182.826</b>	<b>800.348</b>
		<b>259.541</b>	<b>62.156</b>	<b>Patrimônio social</b>			
				Fundo social	9	422.044	422.044
				Déficit/superávit acumulado		(85.375)	(157.764)
						<b>336.669</b>	<b>264.280</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>1.823.558</b>	<b>1.896.592</b>	<b>Total do passivo e patrimônio social</b>		<b>1.823.558</b>	<b>1.896.592</b>

# SITAWI

## Demonstrações do superávit/déficit Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Valores expressos em Reais)

	Nota explicativa	2013	2012
<b>Receitas operacionais</b>			
Subvenções particulares	10	715.711	398.392
		<b>715.711</b>	<b>398.392</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesa com pessoal	11	(288.410)	(206.097)
Gerais e administrativas	12	(416.046)	(482.870)
Outras receitas e despesas operacionais	13	40.400	3.970
Resultados Financeiros	14	20.734	9.977
		<b>(643.322)</b>	<b>(675.020)</b>
<b>(=) Superávit/(déficit) do exercício</b>		<b>72.389</b>	<b>(276.628)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

# SITAWI

## Demonstrações do resultado abrangente Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Valores expressos em Reais)

---

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Superávit/(déficit) do exercício	72.389	(276.628)
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>72.389</u></u>	<u><u>(276.628)</u></u>

---

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

---

# SITAWI

## Demonstrações das mutações do patrimônio social Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Valores expressos em Reais)

	<u>Fundo social</u>	<u>Déficit acumulado</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (não auditado)	422.044	118.864	540.908
Déficit do exercício	-	(276.628)	(276.628)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>422.044</u>	<u>(157.764)</u>	<u>264.280</u>
Superávit do Exercício	-	72.389	72.389
Saldos em 31 de dezembro de 2013	<u>422.044</u>	<u>(85.375)</u>	<u>336.669</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



# SITAWI

## Demonstrações dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Valores expressos em Reais)

	2013	2012
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
(Déficit)/superávit no exercício	72.389	(276.628)
Depreciação e amortização	2.568	2.374
	<u>74.957</u>	<u>(274.254)</u>
<b>Aumento/(redução) nos ativos operacionais</b>		
Impostos a recuperar	(3.031)	(608)
Contas a receber	(292.797)	184.251
Despesas antecipadas	4.788	(4.788)
	<u>(291.041)</u>	<u>178.855</u>
<b>Aumento/(redução) nos passivos operacionais</b>		
Obrigações com repasses	(127.267)	1.488.045
Obrigações tributárias	283	2.743
Obrigações sociais e trabalhistas	(9.222)	3.960
Outras obrigações	-	-
Outras contas a pagar	(9.218)	4.160
	<u>(145.424)</u>	<u>1.498.908</u>
<b>Caixa líquido consumido provenientes das atividades operacionais</b>	<u>(361.508)</u>	<u>1.403.510</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Adições do imobilizado	(8.623)	-
<b>Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades de investimentos</b>	<u>(8.623)</u>	<u>-</u>
<b>Aumento/(diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(370.131)</u>	<u>1.403.510</u>
<b>Disponibilidades</b>		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.739.308	335.798
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.369.177	1.739.308
<b>Aumento/(diminuição) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(370.131)</u>	<u>1.403.510</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. Informações gerais

A SITAWI é uma organização não governamental, sem fins lucrativos e sem filiação partidária ou religiosa, que trabalha no Brasil para desenvolver soluções financeiras para impacto social e ambiental há 5 anos. Desde 2010, a SITAWI mantém o certificado de OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

Nosso trabalho é desenvolvido em parceria com grupos e organizações locais com ou sem fins lucrativos que tenham como missão ter maior impacto social e ambiental.

Nossa experiência indica que mais capital, mais tipos de capital e maior eficiência na alocação e uso do capital transformam mais vidas. Assim, trabalhamos também com famílias, empresas e instituições financeiras apoiando-as nas suas estratégias de alocação de recursos filantrópicos ou de investimento.

A finalidade da Sitawi, conforme Estatuto Social é “Promover o desenvolvimento econômico-social, por meio de auxílio creditício e orientação técnica e de gestão a organizações não-governamentais, micro e média empresas, associações, cooperativas e pessoas jurídicas similares, as quais pretendam implementar projetos de impacto social/ambiental significativo, e que se encontrem à margem do sistema financeiro nacional haja vista suas características, porte, risco de crédito e/ou ausência de garantias (doravante denominadas “Instituições de Desenvolvimento Social Emergentes”.

## 2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

### 2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas pela Administração da Entidade, sendo de sua responsabilidade e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Como se trata de uma associação sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis foram preparadas, principalmente, de acordo com a ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução nº 1.409, de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução nº 1.159, de 13 de fevereiro de 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucros.

Estas demonstrações contábeis são as primeiras preparadas de acordo com o ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucros.

## 2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a saber:

### a. Moeda funcional

A Administração da Entidade definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis).

### b. Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 (noventa) dias da data da aplicação, ou considerados de liquidez imediata, ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo registrados pelos valores de custos acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedam o seu valor de mercado ou de realização.

### c. Apuração das receitas e despesas

As despesas são registradas pelo regime de competência, as receitas provenientes de doações são registradas pelo regime de caixa, com exceção das receitas financeiras, que são registradas pelo regime de competência. O superávit ou déficit referente às atividades da Entidade é incorporado ao patrimônio social somente ao término de cada exercício social.

### d. Imobilizado

Demonstrado ao custo, deduzido por depreciação calculada com base em taxas anuais que levam em consideração o tempo de vida útil-econômica dos bens, pelo método linear.

O ativo imobilizado, outros ativos não circulantes e os ativos circulantes relevantes são revisados anualmente com o objetivo de verificar a existência de indício de perdas não recuperáveis. A Administração efetuou a análise de seus ativos conforme CPC 01, aprovado pela Deliberação CVM nº 527/2007, e constatou que não há indicadores de desvalorização dos mesmos, bem como estes são realizáveis em prazos satisfatórios. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs).

**e. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes**

Demonstrado pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

**f. Superávit/déficit do exercício**

É incorporado pelo patrimônio social no encerramento do exercício social.

**g. Obrigações tributárias**

A Entidade é sem fins lucrativos e, portanto, goza da isenção do Imposto de Renda e Contribuição Social de acordo com o artigo 15 da Lei nº 9.532/97. Ele goza também de isenção de outros tributos federais, como a COFINS e o PIS.

**h. Instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros estão registrados ao seu valor justo, acrescido quando aplicável pelos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativo financeiro ou passivo financeiro. Estão mensurados de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias: de ativos financeiros, mensurados pelo valor justo no resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda, e passivos financeiros, mensurados a valor justo no resultado e outros passivos financeiros.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013

### i. Estimativas contábeis

São utilizadas para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações contábeis da Entidade. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Entidade revisa suas estimativas e premissas anualmente.

### j. Novas normas e interpretações não aplicáveis no exercício de 2013

O processo de convergência das políticas contábeis no Brasil às normas internacionais prevê a adoção de diversas normas, emendas às normas e interpretações do IFRS, emitidas pelo IASB, que ainda não entraram em vigor no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, conforme a seguir:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 18 (R2) - Investimento em coligada, controlada e em empreendimento controlado em conjunto.	O objetivo do Pronunciamento Técnico CPC 18 é prescrever a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas, além de definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto	Aplica-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
CPC 19 (R2) - Negócios em conjunto.	A revisão do CPC 19 contempla ainda a alteração de seu nome original CPC 19 (R1) - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto ( <i>Joint Venture</i> ) para CPC 19 (R2) - Negócios em Conjunto e sua aplicação mandatória se dá a partir de 2013.	Aplica-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados.	O objetivo do Pronunciamento Técnico CPC 33 é estabelecer a contabilização e a divulgação dos benefícios concedidos aos empregados. Para tanto, o Pronunciamento requer que a entidade reconheça: (a) um passivo quando o empregado prestou o serviço em troca de benefícios a serem pagos no futuro; e (b) uma despesa quando a entidade se utiliza do benefício econômico proveniente do serviço recebido do empregado em troca de benefícios a esse empregado.	Aplica-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.
CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas.	O objetivo do Pronunciamento Técnico CPC 36 é estabelecer princípios para apresentação e elaboração de demonstrações contábeis consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades.	Aplica-se aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

A Entidade está avaliando os impactos dessas novas normas em suas demonstrações contábeis.

**Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações ainda não em vigor:**

Algumas normas, emendas e interpretações do IFRS emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31/12/2013, e que poderiam afetar a Entidade, são elas:

- IFRIC 21 - Orientações sobre o reconhecimento de um passivo oriundo de uma taxa imposta pelo governo, tanto para as taxas que são contabilizadas de acordo com o IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, quanto aquelas em que a data e o valor da taxa são certos. Vigência 01/01/2014;
- IAS 36 - Redução ao valor recuperável de ativos: Divulgação de valores a recuperar de ativos não financeiros. Vigência 01/01/2014;
- IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e mensuração direito de novação de derivativos e *hedge accounting* (emendas IAS 39): Introduz uma isenção à obrigação de descontinuar a contabilidade de cobertura dos instrumentos financeiros derivativos. Vigência 01/01/2014;
- Emenda da IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação: Apresentar requerimentos para compensação de ativos financeiros e passivos financeiros. Vigência. 01/01/2014;
- IFRS 9 - Instrumentos financeiros: Reconhecimento e Mensuração: Mantém, mas simplifica o modelo de mensuração mista e estabelece duas categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. Vigência 01/01/2015;

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos ou revisões equivalentes às IFRS/IAS acima citadas. A adoção antecipada destes pronunciamentos está condicionada a aprovação prévia em ato normativo da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Entidade não estimou a extensão do impacto destas novas normas nas demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013

### 3. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Bancos		
Banco Bonsucesso c/c 0149420	469	-
Banco Itaú - C.C. 16115-7	10	-
Banco Itaú - C.C. 16512-5	17.210	-
Banco Itaú - C.C. 16514-1	7	-
Banco Itaú - C.C. 69393-8	150	150
Banco Itaú - C.C. 72248-9	150	10
Citibank - C.C. 2414537-8	4.550	803
	<u>22.546</u>	<u>963</u>
Aplicações financeiras		
Banco Itaú Especial DI C/C 16115-7	37.080	-
Banco Itaú Aut Mais - C/C 16115-7	352	-
Banco Itaú Premium - C.C. 72248-9	91.636	145.320
Banco Itaú Auto Mais - C.C. 69393-8	13.577	11.801
Banco Itaú Auto Mais - C.C. 72248-9	23.656	4.411
Banco Itaú Premium - C.C. 69393-8	52.429	84.131
BTG Pactual - Yield Di Fi Ref	822.475	-
Citibank LM DI Max Top	296.768	110.973
Compromissada DI - ICC	4.779	-
Banco Itau Compromissada DI	3.879	1.381.708
	<u>1.346.631</u>	<u>1.738.345</u>
	<u>1.369.177</u>	<u>1.739.308</u>

As aplicações financeiras em moeda nacional, correspondentes a quotas de Fundos de Investimentos que possuem liquidez imediata sem perda dos juros transcorridos quando dos resgates. Todas as aplicações tem como referência para remuneração a variação Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

### 4. Empréstimos sociais e ambientais

Refere-se a empréstimos de recursos para organizações com ou sem fins lucrativos com missão social ou ambiental, como por exemplo, saúde, moradia, educação, igualdade entre homens e mulheres, raças e etnias ou conservação de ecossistemas. A composição dos empréstimos, em 31 de dezembro de 2013 estão demonstrados abaixo:

## SITAWI

### Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013

---

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Circulante		
Pipa Social	23.798	-
Solidarium	67.718	-
CIES - Centro de Integração de Educação e Saúde	91.033	78.155
PECLD (*)	(2.925)	-
	<u><u>179.624</u></u>	<u><u>78.155</u></u>

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Não circulante		
CIES - Centro de Integração de Educação e Saúde	-	57.699
Solidarium	254.790	-
PECLD (*)	(5.762)	-
	<u><u>249.028</u></u>	<u><u>57.699</u></u>

(\*) A PECLD tem como critério de constituição 2% do valor de cada empréstimo para parcelas que estão inadimplentes de recebimento a menos de 15 dias.

Em 06 de junho de 2013, foi firmado um contrato entre a Sitawi e a Associação Pipa Social com a finalidade da Sitawi financiar as atividades da Associação Pipa Social. O contrato foi estabelecido no montante de R\$ 31.730, para pagamento em dez parcelas, sendo que a última deve ser paga até 21 de fevereiro de 2014, com juros de 8% ao ano.

Em 09 de agosto de 2013 foi firmado um contrato entre a Sitawi e a Solidarium Comércio de Artesanato Ético e Justo Ltda. com a finalidade da Sitawi financiar as atividades da "Solidarium". O contrato foi estabelecido no montante de R\$ 64.735, para pagamento oito parcelas, sendo que a última deve ser paga até 10 de março de 2014, com juros de 8,5% ao ano. Em 21 de dezembro de 2012, foi firmado um outro contrato entre a Sitawi e a Solidarium Comércio de Artesanato Ético e Justo Ltda. com a finalidade da Sitawi financiar as atividades do CIES. Porém o desembolso apenas ocorreu em 15 de janeiro de 2013, esse contrato foi estabelecido no montante de R\$ 254.790, com atualização da taxa SELIC, cuja amortização ocorrerá a partir de 2016.

Em 25 de agosto de 2013 foi firmado um contrato entre a Sitawi e o CIES com a finalidade de financiar as atividades do CIES. O contrato foi estabelecido no montante de R\$ 50.000 para pagamento em sete parcelas, sendo que a última deve ser paga até 21 de fevereiro de 2014.



**Notas explicativas às demonstrações contábeis**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013**

Em 23 de dezembro de 2011, foi firmado um contrato entre a SITAWI e CIES com a finalidade da SITAWI financiar as atividades do CIES. O contrato foi estabelecido no montante de R\$ 200.000 para pagamento em 48 meses de parcelas variáveis com juros de 12% ao ano.

**5. Imobilizado**

Descrição	Taxa de depreciação %	2013			
		31/12/2012	Adições	Depreciação	31/12/2013
Equipamentos de informática	20	1.273	-	(332)	941
Máquinas e equipamentos	20	672	8.624	(417)	8.879
Móveis e utensílios	20	789	-	(96)	693
Software	20	1.723	-	(1.723)	0
		<b>4.457</b>	<b>8.624</b>	<b>(2.568)</b>	<b>10.513</b>

  

Descrição	Taxa de depreciação %	2012			
		31/12/2011	Adições	Depreciação	31/12/2012
		<b>(Não auditado)</b>			
Equipamentos de informática	20	1.605	-	(332)	1.273
Máquinas e equipamentos	20	896	-	(224)	672
Móveis e utensílios	20	885	-	(96)	789
Software	20	3.445	-	(1.723)	1.723
		<b>6.831</b>	<b>-</b>	<b>(2.374)</b>	<b>4.457</b>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013**

---

**6. Obrigações com repasses**

Refere-se às obrigações com repasse de recursos financeiros aos parceiros conforme acordado em contrato de parceria entre as partes, a composição desses repasses estão demonstrado a seguir:

Circulante	2013	2012
Dow Chemical	7	-
Familia C	121.884	-
Fundo MMX	826.379	690.848
Projeto Fundo Mais Unidos	301.317	111.776
Instituto Camargo Correia	42.221	-
Fundo Bonsucesso	469	-
Outros	602	-
	<b>1.292.879</b>	<b>802.624</b>

  

Não circulante	2013	2012
Fundo MMX	-	690.848
Artemisia	-	109.500
Familia C	182.826	-
	<b>182.826</b>	<b>800.348</b>

O fundo social iniciou suas operações em 13 de dezembro de 2012, cuja duração estabelecida será de 2 anos, com aporte inicial de R\$ 1.380 mil. Os recursos disponibilizados, foram aplicados no Fundo de Investimento do Banco Itaú, Compromissada DI, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3, de acordo com estabelecido no Contrato de Doação com Encargo, firmado entre a Sitawi e a MMX Mineração e Matálicos S.A., MMX Mineração Corumbá S.A. e MMX Sudeste Mineração S.A. Esses recursos deverão ser utilizados única e exclusivamente para viabilização de um fundo social de pesquisa de fomento às alternativas tecnológicas e modelagem de negócios para aplicação de rejeito e finos de mineração de ferro atual da MMX Mineração Corumbá S.A. em Corumbá - MS, da MMX Sudeste Mineração S.A., na Serra Azul - MG, além dos futuros rejeitos e finos oriundos, dos projetos de expansão dessas operações.

O fundo social Família C iniciou suas operações em 06 de dezembro de 2012, cuja duração estabelecida é de 5 anos. Os recursos aplicados poderão ser utilizados para realização de contratos de mútuo, pagamento de despesas, aquisição e cessão de equipamentos, contratos de performance, consultoria, pagamento de bolsas. O valor total do contrato de R\$ 1.000.000, sendo que R\$ 372.741 foram disponibilizados em 2013, do valor recebido a Sitawi reverterá para suas finanças R\$ 60.000 anuais a título de Reversão de Empréstimo.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013**

---

O Instituto Camargo Correia iniciou suas operações em 14 de fevereiro de 2013, cuja duração durará de 14/02/2013 até a data de aprovação pelo Instituto do Relatório Final de Atividades, limitado sua duração ao período de 60 meses. O intuito do contrato é a colaboração financeira para a Sitawi no valor de R\$ 217.038, para aplicar exclusivamente na execução do Projeto E-Commerce, o valor concedido será entregue em duas parcelas, sendo a primeira no valor de R\$ 100.069 e a segunda no valor de R\$ 100.069.

O Fundo Mais Unidos tem contrato renovado anualmente com cada participante do fundo, os valores recebidos pela Sitawi deve ser utilizado exclusivamente para repasse para programas definidos pelo “Grupo + Unidos” e para gastos próprios, conforme definido pelo Comitê Gestor. Os programas atualmente aprovados é o “Unidos pela Amazônia” . A meta para reversão anual para apoio administrativo financeiro é de 4,7% dos recursos recebidos no ano calendário.

## 7. Obrigações trabalhistas

	2013	2012
Contribuição Sindical a Recolher	47	-
INSS	5.406	3.561
FGTS	114	137
Pis sobre folha	-	21
Remuneração a dirigente	-	9.869
Salários a pagar	-	1.200
	<b>5.567</b>	<b>14.789</b>

## 8. Contingências

A Entidade em curso normal de suas atividades, está sujeito a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista e cível. A Administração, apoiada na opinião de seus assessores legais e, quando aplicável, fundamentada em pareceres específicos emitidos por técnicos especialistas, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingência.

Em 31 de dezembro de 2013, com base na opinião de seus assessores legais, não existem ações em andamento, portanto, não há valores dessa natureza a serem provisionados.

Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013

## 9. Patrimônio social

É constituído pelos recursos totalmente integralizados oriundos de doação inicial e pelo superávit e déficit inerente às atividades da Entidade, apurado ao término de cada exercício social.

## 10. Subvenções particulares

Registram os recursos recebidos de doação pela SITAWI para a realização de suas despesas-fins (doações) e suas despesas complementares:

	2013	2012
Doações	447.795	263.930
Outros empréstimos	-	59.326
Receita líquida c/ empréstimos	43.427	37.035
Reversões de Fundos	224.489	38.100
<b>Total</b>	<b>715.711</b>	<b>398.392</b>

As reversões de fundos se referem a montantes que a Sitawi reverte para utilização em suas finanças provenientes dos valores recebidos dos fundos sociais, tomando por base o contrato celebrado com cada fundo, esses recursos são utilizados para manutenção das atividades operacionais da Sitawi.

## 11. Despesa com pessoal

	2013	2012
13º salário	711	388
Dissídio	93	-
Diárias/ajuda de custo	-	220
Estagiários	3.600	3.466
Férias	1.897	-
FGTS	1.448	807
Gratificações	-	32
INSS	47.253	34.698
Pis sobre folha de pagamento	174	101
Remuneração dirigentes	212.000	151.000
Salários	16.615	11.096
Seguros	264	422
Ticket restaurante	2.832	1.803
Vale transporte	1.522	2.066
<b>Total</b>	<b>288.410</b>	<b>206.097</b>

## Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013

### 12. Despesas gerais e administrativas

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Aluguéis	54.237	33.115
Limpeza	180	-
Condomínio	1.370	330
Luz, água e gás	1.284	1.008
Manutenção e reparos e conservação	593	472
Material de expediente	4.183	1.345
Segurança	-	500
Telefone e internet	3.905	4.849
Xérox	1.762	2.038
Bens de natureza permanente	1.513	1.555
Condução	15.010	13.858
Consultorias	7.349	4.772
Contribuição Sindical	212	-
Copa	7.561	267
Correios e fretes	1.167	1.176
Custo de computação	1.219	1.680
Depreciação e amortização	2.568	2.374
Despesas com Veículos	74	-
Diversos	5.084	-
Hospedagem	11.128	-
Doações/Brindes	2.200	-
Livros, jornais e revistas	118	241
Refeições e lanches	14.948	14.830
Serviço de terceiros - PF	2.045	14.075
Serviço de terceiros - PJ	219.305	101.263
Serviços gráficos	751	2.708
Viagens	40.574	42.119
IPTU	614	-
ISS	2.020	200
Taxas diversas	2.551	3.013
Perdas em crédito	8.687	230.589
Outras despesas	1.834	4.493
<b>Total</b>	<b><u>416.046</u></b>	<b><u>482.870</u></b>

### 13. Outras receitas e despesas operacionais

Registra basicamente as receitas com consultorias prestadas em 31 de dezembro de 2013 no montante de R\$ 40.400 (R\$ 3.970 em 2012).

**Notas explicativas às demonstrações contábeis  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013**

**14. Resultados financeiros**

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Despesas financeiras</b>		
Despesas bancárias	(301)	(825)
IOF s/ aplicações financeiras	(196)	(35)
Juros/multas de mora passiva	(161)	(242)
	<u>(659)</u>	<u>(1.102)</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Descontos obtidos	3.475	0
Juros/multas de mora ativa	1.844	31
Receitas c/ aplicações financeiras	13.090	11.048
Juros de empréstimos	2.983	-
	<u>21.392</u>	<u>11.079</u>
	<u>20.734</u>	<u>9.977</u>

**15. Imunidade IRPJ**

A SITAWI, por sua finalidade e objetivos e, mediante artigo 170 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), não está sujeita ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica. A organização apresenta anualmente a Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica - DIPJ.

**16. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros**

A Entidade participa em operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais estão registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender suas necessidades operacionais, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, no caso suas aplicações financeiras e empréstimos sociais e ambientais conforme divulgado na Notas Explicativas nº 3 e 4, respectivamente.

A Administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela administração da Entidade, não sendo realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou derivativos embutidos.

A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados através de critérios gerenciais periodicamente revisados que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da entidade com a qual são realizadas. As taxas utilizadas são compatíveis com as do mercado.